

SUMÁRIO

NOTA DO EDITOR À 5.ª EDIÇÃO	5
-----------------------------------	---

Título I CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Capítulo Único Considerações Iniciais

Seção I. Introdução	31
1. Nota introdutória	31
2. As ações constitucionais são de três categorias principais	31
3. O processo instaurado por essas ações	32
4. O estudo do respectivo processo e sua denominação.....	33
5. Exame da Constituição.....	34
6. A interpretação das normas constitucionais pertinentes às ações.....	40
Seção II. Dos sistemas e ordenamentos jurídicos existentes na atualidade	41
7. Os sistemas jurídicos no universo.....	41
8. Os ordenamentos jurídicos dos Estados.....	44
9. Em que consiste o ordenamento jurídico e o direito subjetivo decorrente da incidência de suas regras jurídicas.....	44
Seção III. A realidade histórica	46
10. Ordenamentos jurídicos descentralizados antes do nascimento do Estado	46
11. O Estado moderno centralizado e a unidade do ordenamento jurídico.....	47
12. O direito da <i>common law</i> na Grã-Bretanha	47
13. O estado de direito	48
14. Estado social de direito	48
15. Estado social democrático de direito	49

16. O poder no âmbito do estado social democrático de direito.....	50
17. Distinção de direito privado e público.....	51
18. Destaques de instituições de direito público.....	51
19. Evolução da teoria constitucional.....	53
20. Limitação da atividade normativa (legislação) ou jurisdicional (jurisdição) de cada Estado.....	54
21. Da jurisdição de direito e de equidade	54
22. Limitação do acesso à justiça	54
Seção IV. O enfoque teórico-prático da realidade	55
Subseção I. Considerações gerais.....	55
23. Concepção jurídica fechada e concepção jurídica aberta a valores	55
24. Sistema fechado, aberto e intermediário.....	56
25. Problemas refertos de esperanças de soluções	57
26. Deve a Constituição abranger outras matérias além da orgânica?	60
27. Teoria unitária do direito, teoria dualista do direito e a função criadora do juiz.....	61
28. Necessidade de ampliar o acesso à justiça e à legitimidade.....	63
29. Questões de direito processual constitucional e de direito constitucional processual	64
30. Questão da declaração da inconstitucionalidade das leis e dos atos	65
31. A questão dos direitos, garantias e liberdades fundamentais.....	67
32. Dos processos de cumprimento às disposições constitucionais.....	71
33. Da jurisdição orgânica constitucional	71
Subseção II. Considerações conclusivas.....	71
34. O direito constitucional supõe princípios concernentes ao Estado	71
35. Prevalência do aspecto social do direito	73
36. Devem-se evitar o formalismo e os princípios abstratos	73
37. O momento presente é referto de passado e prenhe de futuro.....	74
38. Os direitos fundamentais absolutos e relativos.....	74
39. Direitos políticos, direitos sociais, direitos individuais e direitos coletivos	76
40. Regras auto-suficientes, não bastantes em si e programáticas	78
41. Princípios da denunciabilidade dos crimes de responsabilidade	79

Seção V. Das normas constitucionais de reflexo processual e das ações constitucionais	79
<i>Subseção I. Das normas constitucionais referentes a processos.....</i>	<i>79</i>
42. Das normas constitucionais referentes ao direito processual e distinção das diversas categorias de normas constitucionais processuais.....	79
43. Normas referentes ao direito processual em geral	80
44. Normas específicas de direito processual civil	81
45. Normas alusivas ao direito processual penal.....	81
46. Normas atinentes ao direito processual trabalhista.....	81
47. Normas condizentes ao direito processual administrativo	81
48. Considerações sobre o direito de acesso à jurisdição ou direito de ação	81
49. Considerações sobre a aplicação imediata prevista no § 1.º do art. 5.º da CF	84
<i>Subseção II. Das ações constitucionais</i>	<i>87</i>
50. Das ações constitucionais típicas	87
51. Das outras ações constitucionais.....	88
52. Ampliou-se a legitimidade em geral	89
53. Plano de estudo das ações constitucionais.....	89

Título II

DO MANDADO DE SEGURANÇA

Capítulo 1

Considerações Gerais Sobre o Mandado de Segurança Previsto na Constituição Federal de 1988

1. O dispositivo constitucional de 1988	93
2. Conceder-se-á	94
3. Mandado de segurança.....	95
4. Para proteger direito líquido e certo.....	96
5. Não amparado por <i>habeas corpus</i>	96
6. Ou <i>habeas data</i>	98
7. Quando o responsável	98
8. Pela ilegalidade	99
9. Ou abuso de poder	99
10. For autoridade pública	99

11. Ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público	99
12. Agente.....	99
13. De pessoa jurídica	100
14. O exame a que vamos proceder	101

Capítulo 2

Gênese e Evolução do Mandado de Segurança

1. Gênese e evolução do mandado de segurança	105
2. O mandado de segurança dentro dos sistemas de controle dos atos administrativos	108
3. Confusão das atividades administrativas e judiciais.....	109
4. Distinção de jurisdição administrativa e comum.....	110
5. Sujeição dos atos administrativos ao Poder Judiciário.....	110
6. Sistema francês	111
7. Sistema italiano	111
8. Sistema anglo-americano.....	111
9. Sistema mexicano.....	112
10. Sistema austríaco	116
11. Os meios de controle dos atos administrativos no Brasil Império	117
12. Ação sumária especial para a anulação de atos administrativos e outras ações análogas	117
13. Antecedentes históricos do mandado de segurança no Brasil	119
14. O mandado de segurança em nossas Constituições	121
15. O mandado de segurança nas leis brasileiras	122

Capítulo 3

Direito Sumular sobre o Mandado de Segurança

1. Súmulas do Supremo Tribunal Federal	125
2. Súmulas do extinto Tribunal Federal de Recursos	128
3. Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho	129
4. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	131

Capítulo 4

Os Diversos Aspectos do Mandado de Segurança

1. A expressão “mandado de segurança” e suas acepções.....	132
2. Mandado de segurança preventivo.....	133

3. O mandado de segurança como ação.....	136
4. O mandado de segurança como processo e procedimento	137
5. O mandado de segurança como sentença	137
6. O problema dos pressupostos processuais, das condições da ação e do mérito	139

Capítulo 5

Do Ato Ilegal ou Abusivo de Autoridade Pública ou de Agente

Seção I. Da ilegalidade ou abuso de poder.....	141
1. A matéria tratada neste capítulo	141
2. Ilegalidade e abuso de poder.....	141
3. Atos comissivos e omissivos	143
4. Os atos ilegais ou abusivos devem ser de autoridade pública ou de agente de prestadora de serviço público.....	143
Seção II. Do ato da autoridade pública ou do agente de prestadora de serviço público.....	144
5. O texto constitucional de 1988 em relação à autoridade.....	144
5.1 As diferenças entre o texto atual e o anterior	144
5.2 Autoridade e autoridade pública	144
6. Agente de pessoa jurídica ou no exercício de atribuições do Poder Público	146
7. Compreendem atos das autoridades públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário	147
8. Atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal	147
9. Atos de Ministro de Estado e do STJ	147
10. Atos do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais	147
11. Atos de autoridade pública federal não relacionada acima	148
12. Atos de autoridades eleitorais.....	148
13. Mandado de segurança contra ato complexo.....	148
14. Mandado de segurança contra apreensão de veículo por autoridade policial	148
15. Mandado de segurança contra autoridade policial.....	149
16. Inexistência de ato ilegal ou abusivo e de direito líquido e certo.....	149
17. Mandado de segurança contra ato do Tribunal de Contas.....	150

18. Mandado de segurança contra agentes fiscais.....	150
19. Mandado de segurança contra ato do oficial do Registro de Imóveis	150
20. Mandado de segurança contra autoridade municipal de trânsito	151
21. Mandado de segurança contra autoridade universitária	151
22. Atos de império, de gestão ou de expediente	152
23. Não cabe contra ato de pessoa privada e contra ato de usurpador	152
24. Atos vinculados ou atos discricionários	152
25. Atos lesivos a direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente...	154
26. Da correção da indicação errônea da autoridade coatora	154
27. Mandado de segurança contra ato de licitação de sociedade de economia mista	154
Seção III. Do ato de autoridade do Poder Legislativo	155
28. Atos do Poder Legislativo	155
29. Evolução do mandado de segurança em relação a ato do Poder Legislativo e à lei.....	156
30. Do mandado de segurança contra a lei em tese.....	159
31. Dos atos <i>interna corporis</i> do Poder Legislativo e dos atos do Tribunal de Contas.....	161
32. Mandado de segurança contra lei de efeitos concretos.....	162
Seção IV. Do mandado de segurança contra ato judicial.....	163
33. Do mandado de segurança contra ato judicial e a superveniência da Lei 11.187/2005	163
34. Do mandado de segurança contra ato judicial sob o enfoque das decisões do STF	167
35. Do mandado de segurança contra ato judicial sob a ótica das decisões do STJ.....	168
35.1 Não é substitutivo de recurso nem pode concorrer com ele	168
35.2 Admite-se o mandado de segurança para evitar dano irreparável, subordinando-se à interposição do recurso próprio para evitar a preclusão	169
35.3 Do terceiro não se exige necessariamente o uso prévio do recurso...	170
35.4 Quando evidente a ilegalidade ou a prejudicialidade ou quando estas não ocorrem.....	170
35.5 Relativamente ao ato dos órgãos internos do Tribunal	171
36. Do mandado de segurança contra decisão nula por falta de fundamenta- ção.....	171

37. Mandado de segurança contra ato judicial nos Tribunais.....	172
38. Mandado de segurança contra decisão judicial recorrível.....	175
39. Mandado de segurança para conferir efeito suspensivo ao agravo e à apelação.....	177
40. Mandado de segurança contra citação por edital.....	178
41. Mandado para obter efeito suspensivo da apelação na ação de despejo	178
42. Mandado de segurança contra sentença de despejo transitada em julgado ..	179
43. Mandado de segurança e recurso: <i>electa una via non datur alteram</i>	179
44. Impetração contra decisão de juiz de Colégio Recursal.....	179
45. Mandado de segurança contra medida liminar concedida em ação popular	180
46. Mandado de segurança contra medida liminar em ação de busca e apreensão	180
47. Mandado de segurança contra execução provisória sem caução.....	180
48. Mandado de segurança contra autoridade criminal e contra ato judicial em sede penal	181
49. Incabível o mandado de segurança contra decisão que concedeu anterior mandado de segurança	181
50. A alegação de incompetência para a execução não justifica mandado de segurança	182
51. Mandado de segurança contra penhora de quem não é parte ou não consta do título executivo	182
52. Mandado de segurança contra medida cautelar.....	183
53. Não cabe mandado de segurança contra decisão transitada em julgado....	183
54. Mandado de segurança contra ordem do Juízo criminal à polícia civil para escoltar presos	184
Seção V. Dos atos excluídos do mandado de segurança.....	185
<i>Subseção I. Das exclusões constitucionais.....</i>	185
55. As exclusões constitucionais e legais.....	185
56. Quando o ato não seja de autoridade pública ou de agente de prestadora de serviço público	185
57. Pessoas físicas e pessoas jurídicas particulares.....	186
58. Sindicatos.....	186
59. Partidos políticos	186
60. Serviços sociais autônomos.....	187
61. Instituições financeiras.....	187

62. Serviço postal	188
63. Serviço telefônico, telegráfico, de telecomunicações.....	188
64. Serviços de radiodifusão de sons e imagens	188
65. Atos dos concessionários de serviços públicos	188
66. Atos relativos a outros serviços federais	189
67. Dos atos desportivos	189

<i>Subseção II. Das exclusões legais</i>	<i>190</i>
--	------------

68. Do ato de que caiba recurso administrativo	190
69. Do ato disciplinar	191
70. Ato decorrente de poder de polícia	192
71. Do ato político.....	192
72. Despacho ou decisão sujeita a recurso ou correição	193

Capítulo 6

Do Direito Líquido e Certo

1. A expressão “direito líquido e certo”	194
2. O que é direito líquido e certo.....	194
3. Exclui-se o direito amparado por <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i>	198

Capítulo 7

Do Processo de Mandado de Segurança

Seção I. Da competência.....	200
------------------------------	-----

1. Competência para o mandado de segurança na CF de 1988.....	200
---	-----

Seção II. Das partes.....	201
---------------------------	-----

<i>Subseção I. Do impetrante</i>	<i>201</i>
--	------------

2. Capacidade de ser parte.....	201
3. O impetrante do mandado de segurança	202
4. Sobre a legitimidade dos pais, tutores e curadores	203
5. Legitimidade do Ministério Público.....	204
6. Litisconsórcio em mandado de segurança	205
7. Órgãos públicos despersonalizados e universalidades	207

<i>Subseção II. Do impetrado</i>	208
8. O impetrado do mandado de segurança	208
9. Legitimidade da União, Estados, Distrito Federal e autarquias	210
10. Legitimidade passiva no mandado de segurança	211
<i>Seção III. Do prazo de decadência</i>	213
11. Prazo decadencial para o mandado de segurança contra a autoridade fiscal	213
12. Não se conta o prazo decadencial a partir da edição da lei prejudicial	214
13. Reiteração do pedido, nova denegação e decadência	215
14. Prazo de decadência nas prestações de trato sucessivo	215
15. A improrrogabilidade do prazo para a interposição do mandado de segurança	215
<i>Seção IV. Do procedimento do mandado de segurança</i>	216
16. Requisitos da petição inicial	216
17. Despacho judicial	216
18. Deferimento ou indeferimento da petição inicial	216
19. Não cabimento do mandado de segurança	217
20. Notificação e defesa	219
21. Não se admite a revelia no mandado de segurança	221
22. Prioridade para a sentença	221
23. Prescinde-se de instrução probatória	221
<i>Seção V. Das medidas liminares em mandado de segurança</i>	221
24. A liminar no mandado de segurança	221
25. Os pressupostos para a concessão da liminar	222
26. Restringe-se a liminar a atos de caráter negativo?	222
27. Seria necessário o pedido do impetrante?	223
28. Trata-se de imperativo ou poder discricionário do juiz?	224
29. Seria concessão liminar de mandado de segurança ou concessão de medida preventiva cautelar ou provisória?	225
30. Trata-se de adiantamento da sentença mandamental de segurança?	227
31. O ato ordinatório da liminar é uma decisão judicial	227
32. Teria natureza cautelar?	228
33. As leis restritivas à concessão liminar e sua constitucionalidade	229

34. Pode o juiz indeferir a liminar?	230
35. Pode o próprio juiz revogar a medida liminar?	230
36. Caberia recurso da decisão judicial que ordena a liminar?	231
37. Denegado o mandado de segurança desaparece a eficácia da medida liminar?	231
38. Duração da medida liminar e pedido de prorrogação	232
39. Perempção ou caducidade da medida liminar	233
40. Pode o relator ou o presidente, no juízo <i>ad quem</i> , conceder a liminar?	233
41. Mandado de segurança contra o indeferimento de liminar em mandado de segurança anterior	234
42. Recurso do indeferimento liminar do pedido	234
43. Liminar em mandado de segurança	234
44. Não pode o juiz exigir depósito ou caução para conceder medida liminar em mandado de segurança	235
45. Liminar em mandado de segurança na Justiça do Trabalho	235
46. Nulidade da liminar concedida por juiz incompetente	235

Seção VI. Da suspensão da medida liminar ou da decisão concessiva da segurança

47. Suspensão da execução da medida liminar	235
48. Agravo da decisão do Presidente que suspender a liminar	236
49. A suspensão da liminar ou da decisão consoante a Lei 8.038/90	236
50. Ressalva-se a matéria constitucional	237
51. Quem pode pedir a suspensão	237
52. Audiência do impetrante e da Procuradoria	238
53. O despacho deve ser fundamentado	238
54. Recurso da decisão concessiva da suspensão	238
55. Duração da suspensão	239

Seção VII. Da sentença e recursos

56. Da natureza da sentença no mandato de segurança	239
57. Sentença de mérito ou sem resolver o mérito	241
58. Reconhecimento ou não do direito líquido e certo não amparado por <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	242
59. Reconhecimento ou não de ato ilegal ou abusivo de autoridade violando ou ameaçando o direito líquido e certo do impetrante	242
60. Dos recursos cabíveis no processo de mandado de segurança	244

61. Do indeferimento liminar do mandado de segurança e do recurso cabível	245
62. A apelação como recurso cabível da sentença que denegar ou conceder o mandado de segurança	246
63. A sentença concessiva do mandado de segurança está sujeita ao princípio do duplo grau de jurisdição.....	247
64. Dos embargos infringentes.....	249
65. Do agravo.....	250
66. Do Recurso ordinário.....	251
67. A sentença e os recursos	252
68. Recursos no mandado de segurança.....	253
69. Dos recursos em mandado de segurança	254
70. Dos recursos constitucionais em mandado de segurança	254
71. Do recurso ordinário no mandado de segurança previsto na Constituição Federal de 1988	254
71.1 Recurso ordinário ao STF	254
71.2 Recurso ordinário ao STJ.....	255
71.3 Recurso ordinário consoante a Lei 8.038/90.....	256
71.4 Do procedimento dos recursos	256
72. Suspensão da segurança liminarmente concedida	257
73. Agravo regimental	257
74. Mandado de segurança para dar efeito suspensivo ao recurso	257
75. O mandado de segurança não é sucedâneo de recurso	257
76. Suspensão da execução do mandado de segurança concedido	258
77. Não pode o juiz inovar após proferir a sentença definitiva.....	259
78. A cobrança de efeitos patrimoniais em outra ação	259
79. A coisa julgada	260
80. Extinção do processo de mandado de segurança sem julgamento	260
81. Do cumprimento ou execução da sentença concessiva do mandado de segurança.....	262
82. Execução provisória do mandado de segurança concedido	263
83. Mandado de segurança inexecutável	264
84. Da nulidade da sentença proferida no segundo mandado de segurança idêntico ao primeiro, cuja sentença já transitou em julgado	264
Seção VIII. Da jurisprudência sobre o mandado de segurança	264
85. Da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	264
86. Da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	286
87. Da jurisprudência de outros tribunais.....	289

Título III
DO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

Capítulo 1
Do Mandado de Segurança Coletivo

1. As principais questões surgidas da leitura do art. 5.º, LXX, da CF	294
2. Trata-se de instituto autônomo ou vinculado ao tradicional mandado de segurança?	294
3. Considerações gerais sobre o mandado de segurança coletivo	295
4. Explicação para o mandado de segurança coletivo	296
5. São necessárias as mesmas condições do mandado tradicional para o cabimento do mandado de segurança coletivo?	297
6. Objeto do mandado de segurança coletivo.....	298
7. Há mandado de segurança coletivo para a defesa de interesses dos membros ou associados?	300
8. Da legitimidade ativa para o mandado de segurança coletivo	302
9. Seria o mandado de segurança coletivo figura equiparada ao litisconsórcio?	303
10. Haveria substituição processual?.....	304
11. A conexão dos direitos dos associados ou membros	304
12. Do mandado de segurança coletivo impetrado por sindicatos ou associações (art. 5.º, LXX, CF).....	305
13. Do mandado de segurança coletivo impetrado por partido político segundo a doutrina e a jurisprudência	306

Capítulo 2
Direito Líquido e Certo

1. Direito líquido e certo, interesses e abrangência destes.....	308
2. Legitimidade do partido cinge-se a questões políticas quando autorizado por lei ou pelo estatuto.....	311
3. Mandado de segurança coletivo na jurisprudência do STF e do STJ	316
3.1 No STF	316
3.2 No STJ	317

Título IV
DO *HABEAS DATA*

Capítulo Único
Do *Habeas Data*

1. Questões decorrentes do inciso constitucional sobre o <i>habeas data</i>	319
---	-----

2. <i>Habeas data</i> e ação requisitória de informações e de exibição	320
3. Antes cabia o mandado de segurança, mas agora cabe o <i>habeas data</i>	321
4. <i>Habeas data</i> no direito comparado	322
5. O <i>habeas data</i> no direito constitucional brasileiro de 1988	324
6. Informações diretas ou indiretas sobre a pessoa do impetrante	328
7. Informações computadorizadas ou não	329
8. As informações devem constar de registros de entidades governamentais ou públicas	329
9. Não poderá a entidade ou repartição pública esquivar-se a revelar a informação sob o pretexto de ser sigilosa	330
10. Competência para o <i>habeas data</i>	330
11. <i>Habeas data</i> no STJ	331
12. Súmula 2 e jurisprudência do STJ	331
13. Da competência para o <i>habeas data</i> , consoante a Lei 9.507/97	332
13.1 Da competência originária	332
13.2 Da competência em grau de recurso	333
13.3 Da competência para o recurso extraordinário	333
14. Dos requisitos para o <i>habeas data</i> conforme a Lei 9.507/97	333
14.1 Dos requisitos para o <i>habeas data</i>	333
14.2 Do caráter público do registro ou banco de dados	333
14.3 Do prévio requerimento extrajudicial	334
15. Do <i>habeas data</i> nos termos da Lei 9.507/97	335
16. Ilegitimidade passiva do Banco do Brasil	336

Título V

DO MANDADO DE INJUNÇÃO

Capítulo Único

Do Mandado de Injunção

1. Exame do art. 5.º, LXXI, CF, sobre o mandado de injunção	338
2. As condições para a ação	338
3. Carência de norma regulamentadora	338
4. Inviabilidade de exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas mencionadas	339
5. Mandado de injunção e os trabalhos preparatórios	340
6. Cinco orientações interpretativas	340
7. Conexão com outros institutos jurídicos	341

8. Noção de mandado de injunção	343
9. Domandado de injunção em confronto com a ação de inconstitucionalidade por omissão	345
10. Dos elementos do mandado de injunção.....	348
11. Como impetrar o mandado de injunção e qual o seu procedimento	351
12. Da competência para o mandado de injunção.....	352
13. Mandado de injunção no STJ	352
14. Mandado de injunção no STF.....	354
15. Mandado de injunção e suas modestas dimensões no enfoque do STF	357
16. Considerações finais sobre o mandado de injunção.....	358

Título VI

DAS AÇÕES DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DE LEIS E ATOS NORMATIVOS

Capítulo 1

Da Salvaguarda da Constituição

1. A salvaguarda da Constituição no direito comparado	361
2. A salvaguarda da Constituição no Brasil	366
3. As modalidades de preservação da constitucionalidade das leis.....	367

Capítulo 2

Do Controle de Constitucionalidade sob as Diversas Constituições Brasileiras

1. Sob o regime imperial da Constituição de 1824	369
2. Sob o regime republicano da Constituição de 1891	369
3. Sob o regime da Constituição de 1934.....	371
4. Sob o regime da Carta outorgada de 1937	372
5. Sob o regime da Constituição de 1946.....	373
6. Sob o regime da Constituição de 1967/69.....	374
7. Sob o regime da Constituição de 1988.....	375

Capítulo 3

Do Controle de Constitucionalidade em Vigor no Brasil

1. Introdução.....	377
2. Elementos no estudo do sistema brasileiro de controle da constitucionalidade.....	378
3. Do controle direto e do incidental	381

4. Do controle abstrato e concentrado.....	382
5. Do controle abstrato por via de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual (art. 102, I, a)	383
6. Do controle abstrato mediante arguição de inconstitucionalidade por omissão (art. 103, § 2.º).....	383
7. Do controle abstrato por via de ação declaratória de constitucionalidade (art. 102, I, a, <i>in fine</i>)	385
8. Das espécies de inconstitucionalidade.....	387
9. Das modalidades de arguição de inconstitucionalidade	388
10. Do controle de constitucionalidade das leis e atos normativos municipais...	390
11. Da ação de inconstitucionalidade por omissão.....	390
12. Da legitimidade para as ações de inconstitucionalidade, de constitucionalidade e de representação interventiva.....	391
12.1 Da legitimidade para as ações de inconstitucionalidade	391
12.2 Da legitimidade para a ação declaratória de constitucionalidade.....	393
12.3 Da legitimidade para a representação interventiva.....	393
13. Do procedimento	393
13.1 Da legislação aplicável	393
13.2 Da citação do Advogado-Geral da União	394
13.3 Audiência prévia do Procurador-Geral da República	394
13.4 Providências conseqüentes à ação de inconstitucionalidade por omissão.....	394
13.5 Procedimento.....	395
13.6 Da decisão	395
14. Da competência	395
14.1 Da competência do STF.....	395
14.2 Da competência do Tribunal de Justiça do Estado	396
15. Da jurisprudência do STF sobre a ação direta de inconstitucionalidade.....	396
16. Considerações gerais	405
17. Da representação interventiva.....	406

Capítulo 4

Do Processo e Julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, da Ação Declaratória de Constitucionalidade e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

Seção I. Da ação direta de inconstitucionalidade.....	409
1. Da legitimidade para a ação direta de inconstitucionalidade	409
2. Da petição inicial	410

3. Da decisão que indeferir a petição inicial cabe agravo	410
4. Do relator	410
5. Das informações	411
6. Após o decurso do prazo para as informações	411
7. Não se admitirá desistência nem intervenção de embargos de terceiros	411
8. Da medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade	411
9. Da decisão na ação direta de inconstitucionalidade	412
10. Considerações finais sobre a ação direta de inconstitucionalidade	413
 Seção II. Da ação declaratória de constitucionalidade	 414
11. Da legitimidade para a ação declaratória de constitucionalidade	414
12. Da petição inicial	415
13. Do indeferimento da petição inicial	415
14. Não se admite desistência nem intervenção de terceiros	415
15. Do parecer do Procurador e das informações adicionais provocadas pelo relator	416
16. Da medida cautelar em ação de declaração de constitucionalidade	416
17. Da decisão final na ação declaratória de constitucionalidade	416
18. Decisões do STF em ação declaratória de constitucionalidade e medida cautelar nessa ação	417
 Seção III. Da arguição de descumprimento de preceito fundamental	 418
19. Da arguição de descumprimento de preceito fundamental	418
20. Quem pode propor a arguição de descumprimento	418
21. Da petição inicial	419
22. Da medida liminar	419
23. Das providências pelo relator	420
24. Do Ministério Público	420
25. Da decisão	421
26. Cabe reclamação contra o descumprimento da decisão	421
27. Bibliografia	422

Título VII

DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS DE RESPONSABILIDADE CIVIL

Capítulo 1

Das Ações Constitucionais de Responsabilidade por Violação de Direitos da Personalidade

1. As ações constitucionais de responsabilidade por violação de direitos da personalidade	425
---	-----

2. As expressões do direito de personalidade no direito comparado	426
3. As expressões do direito de personalidade no Brasil	426
4. Relativamente ao sigilo profissional e à sua preservação	428

Capítulo 2

Da Ação de Responsabilidade por Danos a Direitos Difusos ou Coletivos

Seção I. Da ação por danos a direitos difusos ou coletivos.....	430
1. Da ação de responsabilidade por danos a interesses difusos e coletivos.....	430
Seção II. Da ação de responsabilidade civil por dano ecológico	432
2. Equilíbrio ecológico	432
3. Incumbências do Poder Público	433
4. Recuperação pelo explorador de recursos minerais	434
5. Reatores nucleares.....	434
6. Sanções penais e administrativas.....	434
7. A responsabilidade civil por dano ecológico	434
Seção III. Da ação civil pública de proteção ambiental	435
8. Da ação civil pública de proteção ambiental	435
9. Proteção ambiental.....	437
10. Conceito e objeto	437
11. Legitimação das partes e os poderes do Ministério Público	438
12. Litisconsórcio facultativo	438
Seção IV. Da ação coletiva em defesa do consumidor	439
13. A defesa do consumidor.....	439
14. O Código de Defesa do Consumidor no Brasil	439
15. Ação preventiva ou de reparação de danos em caráter individual ou coletivo.....	439
16. São admissíveis todas as ações pertinentes	440
17. Medidas liminares e cautelares	440
18. A ação coletiva	440
19. Os interesses e direitos que ensejam a ação coletiva	441
20. A competência para a ação coletiva	441

21. Edital de intimação dos interessados	442
22. A sentença será de condenação genérica	442
23. Poderá o juiz desconsiderar a personalidade jurídica.....	442
24. Não haverá adiantamento nem condenação relativa a custas e honorários.....	443
25. No caso de temeridade ou má-fé.....	443
26. Invocação do CPC e da Lei 7.347/85 em caráter supletivo.....	443
27. A ação regressiva pode ser autônoma ou nos próprios autos da ação principal.....	443
28. A liquidação da condenação.....	443
29. A execução da sentença.....	444
30. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços.....	444
Seção V. Da ação de responsabilidade por ofensa a direitos da criança e do adolescente	445
31. Das ações de responsabilidade por ofensa a direitos da criança e do adolescente.....	445
32. Competência para essas ações	446
33. Legitimidade para essas ações.....	446
34. Asseguram-se todas as ações.....	447
35. Os valores das multas vão para o fundo especial.....	447
36. Não haverá adiantamento de custas	448
37. Temeridade ou má-fé	448
38. Inquérito civil	448

Capítulo 3

Da Responsabilidade Civil por Danos Nucleares

1. Serviços e atividades nucleares	449
2. A responsabilidade civil por danos nucleares	449
3. A ação de responsabilidade civil por danos nucleares.....	449

Capítulo 4

Da Ação de Responsabilidade Civil por Requisição de Propriedade Particular

1. Da responsabilidade pelos danos resultantes da utilização de propriedade particular.....	450
---	-----

Capítulo 5

Da Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas de Direito Público e Privado Prestadoras de Serviço Público

Seção I. Evolução relativa à responsabilidade civil da administração pública....	451
1. Evolução do direito constitucional brasileiro em relação à responsabilidade civil do Poder Público e de seus funcionários.....	451
2. Fixação da alteração da Constituição de 1988 em relação à anterior sobre a matéria	453
Seção II. Da responsabilidade civil do Estado e de seus agentes no direito constitucional comparado.....	454
3. Direito comparado sobre a responsabilidade do Estado	454
4. Responsabilidade do Estado por erro judiciário	456
5. Síntese sobre a responsabilidade civil do Estado e seus agentes no direito comparado	457
Seção III. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e privado	457
6. Distinção entre pessoas jurídicas de direito público e de direito privado ...	457
7. Serviços públicos.....	458
8. Agentes das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos	460
9. Prestadoras de serviços públicos mediante concessão	461
10. A responsabilidade civil do Estado e das pessoas jurídicas de direito público	463
11. Sobre a responsabilidade objetiva	466
Seção IV. Inteligência do § 6.º do art. 37 da Constituição Federal de 1988	467
12. Estágio atual da evolução relativa à responsabilidade do Poder Público	467
13. Responsabilidade do Estado brasileiro.....	467
14. Responsabilidade das autarquias.....	468
15. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado	469
16. Empresa pública	470
17. Sociedade de economia mista.....	471
18. Concessionárias	471
19. A Constituição de 1988 e o Código Brasileiro de Aeronáutica de 1986.....	472

20. Responsabilidade dos juízes	474
21. Da ação de responsabilidade por atos de improbidade administrativa	475
Seção V. Pode o Poder Público ser responsabilizado pelos atos dos tabeliães de notas?	476
22. É o Poder Público responsável pelo prejuízo causado a terceiros por atos de tabeliães de notas?	476
23. Do tabelionato na Antiguidade	476
24. Do tabelionato a partir da República do Brasil e o uso das procurações públicas	477
25. Do tabelião na atualidade, no sistema jurídico brasileiro	478
26. Da responsabilidade do Poder Público por ato de seus agentes	479
27. Pode o tabelião ser considerado agente público?	480

Título VIII

DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS DE DESAPROPRIAÇÃO

Capítulo Único

Das Ações de Desapropriação

1. Ação constitucional de desapropriação	483
2. Desapropriações urbanas	484
3. Desapropriação de imóvel rural para a reforma agrária	485
4. Expropriação de glebas com cultura de plantas psicotrópicas	486
5. Da Lei 8.257/91 sobre a ação expropriatória de cultura psicotrópica	488
6. Da ação de desapropriação, pela União, de imóvel rural para reforma agrária	489

Título IX

DA AÇÃO POPULAR

Capítulo 1

Considerações Gerais Sobre a Ação Popular

1. Da ação popular no atual direito constitucional brasileiro	492
2. A ação popular no direito antigo	493
3. A ação popular nas Constituições dos países contemporâneos	494
4. Evolução da ação popular no direito constitucional brasileiro	496
5. A Lei 4.717/65	497

Capítulo 2 Da Legitimidade das Partes

Seção I. Da legitimidade ativa	498
1. A legitimidade é limitada ao cidadão	498
2. Questões sobre o que significa ser cidadão.....	498
3. Discussões sobre cidadania e nacionalidade	498
4. A nacionalidade e a cidadania na Constituição de 1988	501
5. Os que perderam a nacionalidade e os que somente perderam os direitos políticos	503
6. Litisconsorte ou assistente facultativo	504
7. Não pode ser proposta por pessoa jurídica	504
8. A Lei 4.717/65 exige o título de eleitor	505
9. Cidadão que exerce cargo público ou eletivo	506
10. Eleitor menor de dezoito anos, embora maior de dezesesseis anos	506
11. Ministério Público	507
11.1 Da legitimidade do Ministério Público para a ação civil pública (art. 25, IV, da Lei 8.625/93), cujo objeto é semelhante ao da ação popular	509
Seção II. Da legitimidade passiva.....	512
12. Contra quem pode a ação ser proposta	512
13. Quando o beneficiário for desconhecido ou indeterminado	512
14. Caso de avaliação inexata	512
15. A pessoa jurídica cujo ato tenha sido impugnado como lesivo	513
16. Posição do Ministério Público	513

Capítulo 3 Da Anulação de Ato Lesivo

1. Do objetivo ou finalidade de ação popular	514
2. Em que consiste anular ato lesivo	515
3. O que significa ato lesivo	518
4. Ato lesivo ao patrimônio público ou a ele equiparado.....	519

Capítulo 4 Da Competência

1. Da competência	520
-------------------------	-----

Capítulo 5

Do Procedimento

1. Procedimento ordinário anômalo.....	521
2. Primeiro despacho judicial	521
3. Providências do Ministério Público	521
4. Prorrogação de prazo para apresentação de documentos.....	522
5. Citação por edital	522
6. Citação de pessoa beneficiada ou responsável.....	522
7. Prazo para contestação	522
8. Prazo para provas, alegações e sentença	522
9. A sentença.....	523
10. Pena de desobediência	523
11. Desistência da ação e prosseguimento por terceiro.....	523
12. Sentença que julgar a ação procedente	523
13. Sentença que julgar improcedente a ação, custas e sucumbência	524
14. Valor da lesão	524
15. Infringência da lei penal.....	524
16. Execução da sentença.....	524
17. Execução pelas entidades rés	524
18. Eficácia de coisa julgada	525
19. Sentença que julgar a carência ou improcedência de ação e duplo grau de jurisdição	525
20. Recurso pelo Ministério Público.....	525
21. Entidades autárquicas	525
22. Prescrição da ação.....	525
23. Aplicação supletiva do CPC	526
24. Da jurisprudência sobre a ação popular	526

Título X

DA RECLAMAÇÃO

Capítulo Único

A Reclamação no STF e STJ de Acordo com a Constituição de 1988

1. Considerações preliminares sobre a reclamação	533
2. As quatro fases de estudo da reclamação	534

3. A primeira fase da reclamação	534
4. A segunda fase.....	537
5. A terceira fase	538
6. A quarta fase.....	540
7. Objeto de reclamação	541
8. Preservação da competência do STF e STJ	542
9. Garantia de autoridade das decisões	545
10. Procedência da reclamação para sustar a eficácia do acórdão sujeito a embargos de divergência	549
11. Julga-se prejudicada a reclamação	549
12. A natureza da reclamação.....	549
13. Do procedimento da reclamação	554
13.1 Competência para o julgamento da reclamação	554
13.2 Registro e distribuição da reclamação	555
13.3 A petição e as provas	556
13.4 Requisição de informações, suspensão ou requisição do processo pelo relator.....	556
13.5 Informações da autoridade reclamada e impugnação da reclamação.....	556
13.6 Julgamento pelo Plenário do STF ou pela Corte Especial do STJ.....	556
13.7 Não cabem embargos de divergência nem embargos infringentes....	557
14. A Lei 8.038/90 veio regular a reclamação como ação originária.....	557
15. Da jurisprudência sobre a reclamação	558
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	569